

## **NOVO ARRABALDE : expansão urbana e mídia impressa**

Viviane L. PIMENTEL

### **CONJUNTURAS**

Durante quase todo o século XIX, a importância de Vitória se restringia basicamente ao papel burocrático de capital do Espírito Santo. A inexistência de ligações terrestres com as regiões agrícolas ao norte e sul do Estado, aliada à parca produção da região central, cujo interior permanecia despovoado, não propiciava o desenvolvimento comercial de Vitória. Mesmo o surgimento das grandes fazendas monocultoras do café no sul do estado, em meados do século XIX, pouco interferiu no desenvolvimento da capital que continuou preterida diante da facilidade de transporte da produção por via férrea ou marítima, diretamente de Cachoeiro de Itapemirim para o Rio de Janeiro.

A partir de meados do século XIX, a vinda de imigrantes europeus propiciou a intensificação do cultivo do café e, com os altos preços obtidos no mercado, a atividade comercial superou o papel político-administrativo da Capital. Ressalta Campos Júnior que a exportação do café conferiu nova dinâmica à praça capixaba, contribuindo para diversificar as atividades comerciais e ampliar o consumo de produtos importados<sup>1</sup>. A prosperidade alcançada pelo *boom* cafeeiro alimentou os anseios progressistas do então Presidente de Estado Moniz Freire (1892-1896), cujo objetivo primeiro consistia em transformar a ‘colonial’ Vitória em grande centro populoso pela concentração das atividades comerciais na cidade.

Incentivado pela exportação cafeeira, o Presidente de Estado traçou seu Plano de Governo buscando a implementação de um eficiente sistema ferroviário e o aparelhamento do porto, pretendendo preparar a Capital para desempenhar “as duas funções distintas de cidade populosa e cidade comercial”<sup>2</sup>. Para tanto, era preciso buscar as ‘qualidades estéticas e higiênicas’ indispensáveis à imagem de um moderno centro urbano.

Sem infra-estrutura básica, as epidemias se alastravam; os cordões sanitários e a vacinação pública eram insuficientes para conter o flagelo. Neste contexto, a salubridade consistiu em forte argumento para a escolha dos terrenos destinados à expansão de Vitória.

As limitações espaciais da Capital se faziam sentir pela crise habitacional instalada já no segundo ano do Governo Moniz Freire, segundo o qual as edificações existentes eram insuficientes para absorver a população gerada pela multiplicação das casas exportadoras de café, das lojas de produtos importados, do sistema de navegação e transporte de passageiros e pelo próprio operariado envolvido nas obras contratadas pelo Estado<sup>3</sup>.

No ano de 1895, Moniz Freire indicou a carência de edificações como a ‘grande causa perturbadora’ que interferia no desenvolvimento de Vitória, contribuindo para a carestia de vida, causando a elevação exagerada dos aluguéis, criando empecilhos à execução de alguns melhoramentos, ocasionando também a aglomeração de massas operárias em barracões precários que aumentavam o risco de incidência de epidemias<sup>4</sup>.

Este argumento justificou a necessidade de expansão do núcleo existente, com a implantação de um novo bairro na região inóspita das praias a nordeste da ilha e a criação da Comissão de Melhoramentos da Capital, em 1893, cujo presidente era o engenheiro sanitário Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, sendo este responsável pela realização do levantamento topográfico da área e pela elaboração dos projetos do Novo Arrabalde.

Com área prevista em cerca de 06 vezes maior do que o centro urbano existente, o Novo Arrabalde reuniria as condições ideais de salubridade e modernidade.

#### **‘VILLE MUNIZ FREIRE’ versus ‘VILLA DO COUTINHO’**

As medidas adotadas para a implementação da expansão urbana na região das praias repercutiram na forma de críticas e acusações veiculadas através de artigos no jornal da oposição, o *Commercio do Espirito Santo*. Um destes artigos repudiava as atitudes do Governo Estadual, denunciando o dispêndio de erário público com a indesejada implantação do Novo Arrabalde na ilha de Vitória em detrimento da vila do Espirito Santo. Denunciava a inviabilidade do projeto perante os altos custos exigidos para o transporte dos materiais de construção, quando “a villa do Espirito Santo oferece muito mais vantagem de transporte [além de outras] que não lhe podem ser disputadas pelo novo bairro ou ‘Ville Muniz Freire’<sup>5</sup>”.

Na época, se alcançava a área destinada ao Novo Arrabalde pelo caminho das tropas, cruzando a Fazenda Maruípe, donde se chegava ao futuro loteamento no trecho mais distante das praias, próximo à Ponte da Passagem que estabelecia a ligação da ilha com o continente ao norte. Além deste trecho longo e acidentado, seria necessário ultrapassar brejos e mangais ou cruzar o Morro Barro Vermelho para então atingir os terrenos secos à beira-mar. Diante deste quadro, a expansão do núcleo urbano em direção à Vila do Espírito Santo, no continente, era considerada uma opção mais atraente.

Saturnino de Brito<sup>6</sup> propunha outro acesso, entendendo que “os hábitos da população e a sua situação econômica exigiam que o local (...) deveria achar-se a pequena distância do núcleo atual”, de modo a facilitar o transporte sem torná-lo oneroso. Considera-se ainda, que a Vila do Espírito Santo distava nove quilômetros da Capital, separada por mar; enquanto o projeto de Saturnino distava apenas quatro quilômetros do mesmo ponto.

Em 1893, um artigo<sup>7</sup> publicado no jornal governista<sup>8</sup> valorizava o novo bairro que surgiria para fazer concorrência à ‘Villa do Coutinho’: o Bairro do ‘Sauá’<sup>9</sup>. Este bairro, após submetido a ações de saneamento e urbanização, além das “demais condições de esthetica”, atrairia a “*elite* da sociedade victoriense”, a qual proporcionava animação à Vila do Espírito Santo anualmente nas épocas do verão<sup>10</sup>. Reconhecendo a superioridade de Vila Velha<sup>11</sup>, perguntava-se o autor de que serviriam tais vantagens se as ruas continuassem tortas e estreitas, dificultando a ventilação (...); e sem arborização “tão necessaria á higyene quanto á commodidade das diversões”. Frente às observações do artigo, se deduz que as famílias da capital costumavam veranejar no núcleo vizinho, a fim de desfrutar dos encantos “da pittoresca Villa do Coutinho”. Também é possível perceber a quase aversão pelo traçado colonial, associando a malha ortogonal a conceitos de noção modernizadora como conforto, higiene e aformoseamento.

Afirmava o artigo que a principal vantagem de Vila Velha consistia na topografia plana e arenosa, além “da salubridade tradicional do clima(...)”. Segundo Moniz Freire,

contudo, grande parte da população residente na vila vizinha pertencia a Vitória, e assim o fazia por não encontrar na Capital espaço suficiente para contê-la. Ressaltava os problemas de Vila Velha, como a escassez de água e as áreas alagadas ao sul da Vila, que, sob a ação dos ventos, propiciariam a propagação das moléstias ali depositadas; além da desvantagem da maior distância em relação a Vitória.<sup>12</sup>

Por fim, o *Comércio do Espírito Santo*, jornal da oposição, condenava a realização do custoso empreendimento quando já existiam as obras da estrada de rodagem do Porto da Argolas para a Vila do Espírito Santo, onde se verificava o interesse da iniciativa particular através do crescente número de edificações<sup>13</sup>. Anos antes, J. Maia<sup>14</sup> ressaltava o custo embutido nesta obra para a construção de duas pontes nos braços do Rio Aribiri, considerando que o desenvolvimento de Vila Velha dependia diretamente da comunicação com a Capital e, “portanto das boas condições de segurança (...) da empresa fluvial que merece toda a protecção publica, para não preterir indefinidamente a effectividade dos compromissos assumidos no contrato vigente”<sup>15</sup>. O artigo indica um certo descaso da fiscalização municipal quanto às obrigações contratuais da empresa responsável pelo transporte de passageiros e carga entre a ilha e o continente ao sul, desfavorecendo a expansão urbana para a Vila do Espírito Santo.

#### **A COMPANHIA ‘BRAZILIENSE’ TORRENS**

Correligionários, membros do Partido Construtor, Moniz Freire e Cleto Nunes fundaram, em 1882, o jornal *Estado do Espírito Santo*. Em 1893, na gestão de Freire, o “jornalista, abolicionista e republicano ardoroso” Cleto Nunes integrou o Conselho Municipal, atuando em favor do progresso da Capital<sup>16</sup>. É inegável a ligação política e pessoal acalentada entre os dois republicanos, nutrindo os mesmos ideais progressistas que concretizariam a inserção de Vitória no âmbito da modernidade nacional.

Segundo Campos Júnior, “interesses da Companhia [Torrens] tiveram importância no processo decisório da escolha do lugar para localização do Novo Arrabalde”<sup>17</sup>. Considerando a atuação do então deputado Cleto Nunes como procurador da Companhia e

concessionário no contrato firmado em 1890<sup>18</sup>, o autor sugere que o papel do deputado seria obter a “concessão de forma desembaraçada e com todas as vantagens possíveis para a Companhia”, incluindo a permissão para construção de casas para venda e aluguel, além do “domínio útil por 20 anos dos terrenos do Estado existentes na ilha (...)”<sup>19</sup>, isenta por igual período de impostos existente ou a serem criados. Afirma o autor que a Companhia obteria do Governo Federal vantagens similares para realização das obras do porto, além do comprovado interesse na venda de lotes e construção de residências para garantir retorno financeiro a curto prazo, para então cumprir com as obrigações contratuais relativas às obras de infra-estrutura e saneamento, que não ofereciam retorno imediato.

Considerando que as ações do Governo convergiam no sentido de habilitar Vitória a se transformar em metrópole comercial, o lucro da Companhia Torrens seria considerável dada a sua participação em várias frentes de retorno financeiro na Capital. Assim, Campos Júnior considera muito provável a interferência da Companhia Torrens na localização do Novo Arrabalde na região das praias, cujos terrenos eram propriedade da mesma.

#### **COM A PALAVRA, SATURNINO**

Embora inicialmente aventasse a possibilidade de realização de investimentos para melhoria imediata do núcleo já existente, Saturnino concordava com a criação do novo bairro nos terrenos junto às praias, onde poderia proporcionar às famílias “(...) as comodidades que jamais serão *praticamente* alcançadas na velha cidade”<sup>20</sup>.

Em relação às críticas pelo comprometimento dos recursos públicos, Saturnino procurou justificar Moniz Freire, ressaltando que a crise experimentada pelo Espírito Santo “(...) é extensiva a todos os Estados, mesmo àqueles que ostentam a máxima vitalidade, como o de São Paulo (...)”<sup>21</sup>. Citava o inconveniente sistema político que limitava o período administrativo em quatro anos, obrigando o Governo a uma rigorosa economia, freando o desenvolvimento do Estado. Seria, assim, “natural, embora inconveniente, a precipitação desordenada na execução de empreendimentos que assinalem uma inteligência esclarecida e um coração patriótico”.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

È inegável a relação entre o grupo político de Moniz Freire e a Companhia Torrens, beneficiada por contratos e concessões durante a gestão do governante, não obstante a comprovada incapacidade da mesma em honrar os compromissos contratuais assumidos.

Moniz Freire reconhecia o fraco desempenho da Torrens, argumentando que a atuação da concessionária refletia a crise em que se encontrava o próprio país<sup>22</sup>. Saturnino realçava que mesmo estados como São Paulo não conseguiam levantar capital, em boas condições, para dar andamento aos trabalhos de saneamento<sup>23</sup>. Embora tal argumento não justifique a produção nada satisfatória da Companhia, este pode ter sido um fator determinante na não concretização dos projetos governistas. Mesmo sendo possível que a empresa tenha interferido na localização do Novo Arrabalde, outros aspectos podem ter contribuído para determinar a implantação do projeto nos terrenos a nordeste da ilha.

A julgar pelas pesquisas, o desenvolvimento da Vila do Espírito Santo (ou Vila Velha) teve incremento a partir das ações para modernização de Vitória, dadas as condições inadequadas para abrigo da população atraída pelos investimentos na Capital. Além disso, o clima ameno e a proximidade com a costa propiciavam um diferencial para a Vila vizinha, cujos ares eram recomendados à cura de doenças. Porém, nada mais lógico para um Governo ansioso por modernizar a Capital do que promover a expansão urbana nos limites de seu próprio território. A imagem de uma metrópole comercial cuja extensa malha urbana pudesse expandir até os limites litorâneos parece mais compatível com os ideais munistas do que promover a expansão para além do estuário, compartimentando a unidade urbana.

Com respeito à comunicação entre a Capital e a Vila do Espírito Santo, vários autores, dentre eles Saturnino, referenciam a força das correntes marítimas verificada no braço de mar que separa a ilha do continente<sup>24</sup>. A construção de uma ponte entre as duas vilas parece ser de tal forma absurda, considerado o comprimento para vencer o estuário, que tal hipótese sequer é aventada na época. Assim, a ligação seria por navegação, sendo ainda indispensável a onerosa construção da ponte sobre o rio Aribiri. Embora demandasse a realização de aterros significativos, também onerosos, o transporte 'por via férrea servida

a *bond'* era mais seguro e mais rápido, além de mais compatível com a imagem de moderno centro comercial que se buscava alcançar.

Os ícones da modernidade espelhavam as experiências urbanas européias, voltando-se para a nova Paris operada por Haussmann: retificada, urbanizada, extirpada de suas feições medievais. Porém, a realização de uma intervenção significativa no núcleo existente demandaria recursos por demais onerosos, significando o arrasamento da área para reconstrução da nova cidade. O tratamento do antigo núcleo urbano seria viabilizado após o esvaziamento de sua função residencial, transformado em centro cívico, significando possivelmente um segundo momento nos planos do Governo Estadual. Antes disso, o novo bairro abarcaria toda a noção de urbanidade, com o perfil fundiário capaz de receber a implantação dos imóveis livres dos limites do terreno, propiciando a ventilação e insolação das residências, reforçada pela distribuição ortogonal dos arruamentos amplos.

A associação das zonas portuárias à idéia de áreas mal-cheirosas e insalubres era o oposto das idéias higienistas que propagavam as qualidades dos ventos vindos do mar. Com a conquista dos terrenos junto ao litoral, de acordo com as noções de salubridade da urbanística moderna, Vitória afastaria a ameaça constante das epidemias.

Neste sentido, a expansão do núcleo existente nas planícies junto à praia, não obstante possíveis interesses particulares dos sujeitos políticos envolvidos, parece compatível com o pensamento progressista de Moniz Freire que, imbuído pelos anseios de modernização do Espírito Santo, buscou a transformação da Capital a partir de seu próprio território.

---

<sup>1</sup> CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p. 132.

<sup>2</sup> ESPÍRITO SANTO. Presidente, M. Freire apud CAMPOS JUNIOR, 1996, p.151.

<sup>3</sup> As principais frentes de trabalho consistiam na construção do quartel, da estrada de ferro, do sistema de abastecimento de água e recolhimento de esgoto, além de várias obras para melhorias urbanas.

<sup>4</sup> ESPIRITO SANTO Presidente, M. Freire. 1895, p.22.

<sup>5</sup> EDIT. DO CACHOEIRANO. Erros sobre erros. **COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO**, Victoria, p.01, 13 set. 1895.

---

<sup>6</sup> BRITO, Saturnino de. Melhoramentos de Vitória. In: Projetos e Relatórios. **Obras Completas de Saturnino de Brito**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943.5v, cap.1, p.16, grifo nosso.

<sup>7</sup> MAIA J., Interesses Estaduaes. **Estado do Espírito Santo**, Victoria, p.03, 25 jan., 1893.

<sup>8</sup> Moniz Freire e Cleto Nunes (este, Conselheiro Municipal) fundaram o *Estado do Espírito Santo*.

<sup>9</sup> Atual bairro Praia do Suá, integrava o plano do Novo Arrabalde. Quanto à “Villa do Coutinho”, refere-se à atual cidade de Vila Velha, fundada por Vasco Fernandes Coutinho, 1º donatário da Capitania.

<sup>10</sup> MAIA, 1893, p.03.

<sup>11</sup> Dos documentos consultados, alguns denominam Vila do Espírito Santo e outros, Vila Velha.

<sup>12</sup> (Moniz Freire apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.163).

<sup>13</sup> 13 de set. 1895, p.01.

<sup>14</sup> MAIA, J. Interesses Estaduaes. **Estado do Espírito Santo**, Victoria, 25 jan., 1893, p.03.

<sup>15</sup> Commercio do Espírito Santo, 13 de setembro de 1895, Victoria, , p.01.

<sup>16</sup> Cleto Nunes propôs e aprovou o Código de Posturas , organizou o serviço de limpeza pública e coleta de lixo.(<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/comunica/logradouros/logradourosnunes.htm> Acesso: 11.dez. 2004.

<sup>17</sup> CAMPOS JUNIOR, 1996, P.0165.

<sup>18</sup> Trata-se do contrato para as obras de abastecimento de água e esgotos da Capital, prevendo vantagens que cerca de 90dias depois seriam transferidas para a Companhia Torrens(CAMPOS JUNIOR,1996, p.165).

<sup>19</sup> Art. VIII, do Contrato in CAMPOS JUNIOR, 1996, p.166.

<sup>20</sup> BRITO,1943, p.144.

<sup>21</sup> Ibid., p.145.

<sup>22</sup> ESPIRITO SANTO(Estado). Presidente (1895: FREIRE) **Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado Espírito Santo**. Vitctoa: Typographia do Estado, 17 set.1895. p.15.

<sup>23</sup> BRITO, 1943, p. 144.

<sup>24</sup> A velocidade das correntes seria abrandada após os sistemáticos aterros realizados durante o século XX.